

Alterações na Lei do Bem

- Lei Rouanet da Inovação (Lei no. 11.487);
- Projetos com ICTs públicas;
- Lei no. 11.774 (antiga MP no. 428);
- Lei de Informática e a Lei do Bem;
- Depreciação integral;

A Lei nº 11.487 de 06/2007

- Lei “Rouanet” da Inovação;
- Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (PLC 124/06), depois transformado na Lei nº 11.487 de 06/2007, alterou os dispositivos da Lei do Bem
- As empresas beneficiadas poderão excluir do lucro líquido (base de cálculo do IRPJ) e da base de cálculo da CSLL no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor de investimentos em projeto executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), conforme sua definição na Lei de Inovação
 - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;
- Diferentemente dos projetos desenvolvidos por ICTs privadas, as ICTs públicas somente poderão receber recursos os projetos apresentados pelas ICTs previamente aprovados por comitê permanente de acompanhamento de ações de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica, constituído por representantes do MCT, MDIC e ME.

A Lei nº 11.774, de 09/2008

- Antiga Medida Provisória nº 428 de 12 de maio de 2008:
 - Altera a legislação tributária federal, em especial, o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – Repes e o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap
 - Modifica alguns artigos da Lei do Bem, em especial, o criticado artigo 26 Lei do Bem que excluía as empresas que se utilizavam dos benefícios fiscais da Lei de Informática de se beneficiarem dos incentivos fiscais à inovação tecnológica da Lei do Bem.
- A alteração não liberou completamente as empresas da Lei de Informática para os benefícios.
 - Para as atividades de informática e automação destas empresas, a alteração traz apenas o benefício da exclusão de 160% a 180% dos dispêndios com inovação da base de cálculo do IR e CSLL.
 - Para as atividades não relacionadas à informática e automação, se beneficiam de todos os outros benefícios da Lei do Bem (depreciação e amortização acelerada, redução do IPI, crédito do IRRF, redução à zero do IRRF, etc.)
- A alteração não contempla a redução de 50% do IPI.

A Lei nº 11.774, de 09/2008

- Outra mudança importante:
 - Para qualquer setor, a depreciação agora é integral (mudança no Art. 17. III)
"III - depreciação integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ e CSLL;"
- Artigo previsto na MP 428 e vetado na lei, voltou como emenda na MP 443 e posteriormente como Projeto de Lei de Conversão n. 30 de 2008.
 - Para os setores de TI, em relação à capacitação de SW, a dedução é em dobro, ou seja, dedução de 100% adicional (Art. 13)
"Art.13. As empresas dos setores de tecnologia de informação - TI e de tecnologia da informação e da comunicação - TIC poderão excluir do lucro líquido os custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (software), para efeito de apuração do lucro real, sem prejuízo da dedução normal"